A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Nº 137 JUNHO de 1979 ANO XV

ACONTECIMENTO POLÍTICO DE MAGNA IMPORTÂNCIA * A VII CONFERÊNCIA NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL * RESOLUÇÕES DA VII CONFERÊNCIA * A REARTICULAÇÃO DOS "AUTÊNTICOS" FORTALECE A LUTA CONTRA A DITADURA * NO 100º ANIVERSÁRIO DE STÁLIN - TESES PARA A BOLCHEVIZAÇÃO DO PARTIDO *

ACONTECIMENTO POLÍTICO DE MAGNA IMPORTÂNCIA

Grande significação política tem a VII Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil, recentemente realizada. Vencendo inúmeras dificuldades e ainda sob o fogo concentrado do inimigo, reuniram-se dezenas de comunistas de diferentes pontos do país juntamente com membros do Comitê Central para debater a atualidade política nacional e internacional bem como questões relativas à construção e reforçamento do Partido. Esta reunião se efetua no momento preciso em que mais se faz necessária uma correta análise do quadro político e a formulação de diretrizes capazes de impulsionar e levar à vitória a luta democrática e antiditatorial. As decisões da VII Conferência, claras e fundamentadas, constituem valiosa contribuição nesse sentido.

O regime dos generais continua em crise, mas faz esforços desesperados para sobreviver. Procura confundir as forças políticas, acenando com uma suposta democratização em marcha. Variados são os argumentos para dividir a oposição e enfraquecer a luta contra o sistema atual. Alega-se que já não cabe falar em ditadura desde que desapareceu o principal instrumento de exceção. Ou que se impõe a reformulação partidária dado que haveria eleições diretas... em 1982! Ora, a ditadura não se caracteriza apenas pela vigência do AI-5. Bem antes de sua decretação, o país viveu sob jugo ditatorial. Nestes quinze anos de governo militar, a ditadura revestiu-se de aspectos distintos, sem afetar seu conteúdo despótico. Atualmente temos uma ditadura disfarçada, encoberta com o véu de uma pretensa liberalização. Na realidade, porém, os atos e leis arbitrários continuam em vigor. A Constituição outorgada por uma Junta Militar prevalece. O povo brasileiro não goza dos direitos fundamentais os mais elementares. Os governantes são impostos, há senadores nomeados, o Parlamento viciado vota de acordo com as exigências do Executivo, o Judiciário obedece ao figurino autoritário. Não há liberdade para os trabalhadores e as massas populares. As greves são reprimidas. A Lei de Segurança enquadra os descontentes. Se há alguma liberdade de imprensa, os jornalistas estão permanentemente ameaçados de punições por revelarem escândalos e negociatas dos protegidos da camarilha dominante. Tentando mudar a seu favor e artificialmente a correlação de forças políticas, o governo ensaia a reformulação partidária. Tal como em 1966, quando da extinção dos partidos existentes e do surgimento da ARENA e do MDB para servirem às conveniências do regime, agora, os generais querem alterar as regras do jogo visando garantir a continuidade do seu repudiado sistema. Em vez de dois, pretendem criar quatro partidos que serão, por sua origem e enquadramento, partidos consentidos.

Não. A ditadura deixará de existir somente quando forem abolidos todos os atos e leis arbitrários; quando houver anistia ampla e irrestrita; quando for convocada por um governo democrático provisório uma constituinte livremente eleita; quando se alcançar a verdadeira liberdade política. Desaparecerá quando os Figueiredo, os Maluf, os biônicos tenham sido substituídos por pessoas escolhidas através do sufrágio universal, secreto e direto; quando os órgãos de repressão forem desmantelados e os assassinos e torturadores julgados por seus crimes; quando a Justiça Militar deixar de ser justiça de exceção incumbida de julgar civis por motivos políticos ou conflitos sociais; quando os militares voltarem à caserna, largarem os postos usurpados na Administração e renunciarem à tutela da nação. Estas são as condições mínimas para se poder afirmar que a ditadura deixou de existir.

A VII Conferência do PC do Brasil define o caminho para acabar com a ditadura. "A nação precisa livrar-se o quanto antes de semelhante regime. Livrar-se de maneira completa, sem concessões nem conciliações que serviriam apenas para estender por longo tempo a lenta agonia da gangrena ditatorial" — diz um dos seus documentos. E indica o rumo a seguir: "prosseguir sem tréguas a luta contra o regime arbitrário e seus prepostos no governo"; "mobilizar ainda mais, esclarecer e unir as amplas massas do povo, assim como as correntes democráticas de modo a criar a força capaz de bater os inimigos da liberdade"; "desenvolver poderosas ações de massas pelas reivindicações imediatas e mais sentidas dos diversos setores da população".

Reafirmando a meta imediata das lutas do povo na presente situação, a proposta política dos comunistas acentua que "a conquista da liberdade é o passo indispensável no caminho da solução da crise político-institucional, da saída para resolver algumas das dificuldades que o país enfrenta". Não fica, porém, a proposta dos comunistas, na formulação abstrata da liberdade. Precisa exatamente o que pleiteia."Liberdade efetiva para que haja livre organização dos trabalhadores das cidades e do campo como dos demais setores da população; para assegurar a legalidade de todos os partidos políticos, entre os quais, o partido revolucionário da classe operária; para garantir a livre manifestação do pensamento, inclusive o direito de pregação revolucionária e socialista; para pôr em prática o direito de greve, de imprensa, de cátedra, de criação artística, etc. Esta a liberdade que o país necessita e não o simples arremedo de liberdade vigiada, limitada, mutilada, sob o controle dos militares".

A conquista da liberdade — objetivo em torno do qual podem-se unir grandes forças políticas e sociais — representa hoje o meio de ação concreto para liquidar de modo radical o regime ditatorial e abrir novos horizontes ao povo brasileiro. Mas a liberdade política cria apenas as condições para o encaminhamento dos graves problemas que vive o Brasil. A nação ou a maioria da nação, que amadureceu politicamente nos embates com a ditadura, já não se conforma com os velhos esquemas de manutenção da ordem reacionária. Reclama alternativas válidas. Os comunistas, baseados no conhecimento da realidade e nas leis do desenvolvimento social, apontam a solução revolucionária como a única alternativa justa para o país. Qualquer outra solução seria apenas acomodar-se às circunstâncias ou iludir as massas com promessas vagas e irrealizáveis.

"O Partido Comunista do Brasil — diz o Manifesto à Nação, do Comitê Central — defende com firmeza a luta pela conquista da mais ampla liberdade política, prega a união de todos os democratas e patriotas para liquidar o regime arbitrário dos generais. E indica aos trabalhadores e ao povo o verdadeiro caminho para remover as grandes dificuldades que se avolumam no país, construir seu futuro de progresso, independência e liberdade. Não esconde seus objetivos maiores. É partidário resoluto da revolução porque é a favor de uma vida livre e feliz para o nosso povo, porque está convencido de que, sem substituir no Poder as forças reacionárias, aliadas do imperialismo, o Brasil continuará a se debater numa crise crônica de estrutura e na instabilidade de governos divorciados dos interesses nacionais".

A VII Conferência, assim, se constitui num acontecimento político da maior importância. Suas decisões serão armas de combate nas mãos da classe operária e do povo para alcançar vitórias ainda maiores.

A VII CONFERÊNCIA NACIONAL DO P. C. DO BRASIL

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil comunica a todos os militantes e amigos do Partido, aos trabalhadores e ao povo a realização, de 8 a 20 de junho corrente, da VII Conferência Nacional do Partido.

Dois anos e meio após as quedas de dezembro de 1976, que causaram sérios prejuízos à direção do Partido, a VII Conferência vem demonstrar a vitalidade das fileiras partidárias. Nem a reação sanguinária dos generais fascistas, nem os golpes traiçoeiros dos revisionistas conseguiram abalar a estrutura revolucionária da vanguarda da classe operária no Brasil. O Partido jamais deixou de atuar e cumprir seu dever junto aos trabalhadores e ao povo.

A VII Conferência Nacional fez uma análise aprofundada da situação internacional, das questões relativas ao movimento comunista, do curso político do país e suas perspectivas, da experiência da luta armada no Araguaia. No plano partidário, examinou a orientação tática a seguir frente aos acontecimentos no Brasil e os problemas de organização e funcionamento do Partido.

Da VII Conferência participaram representantes de quase todos os Comitês Regionais do Partido, membros do Comitê Central e encarregados de Seções ligadas ao Comitê Central.

Para a presidência de honra da VII Conferência foi indicado sob aprovação geral o nome do camarada Enver Hodja. Com este gesto, os participantes da Conferência quiseram prestar homenagem internacionalista ao representante mais destacado da corrente marxista-leninista no mundo e salientar, ao mesmo tempo, o papel desempenhado pelo Partido do Trabalho da Albânia na defesa dos princípios e no apoio decidido ao movimento operário e comunista mundial.

No início dos trabalhos, prestou-se também homenagem póstuma a todos os membros do Comitê Central assassinados pela ditadura assim como aos militantes comunistas que caíram lutando de arma nas mãos no Araguaia. Destaque especial foi dado à figura do grande dirigente comunista Maurício Grabois, exemplo de revolucionário consequente, marxista-leninista, fiel servidor da classe operária e do seu Partido, morto à frente da luta guerrilheira do sul do Pará.

Acontecimento marcante na vida do Partido, a VII Conferência terá sem dúvida enorme significação política para o proletariado e o povo brasileiro, que lutam abnegadamente contra o regime militar e encontram na orientação e atuação de nosso Partido o elemento essencial para levar adiante e até a vitória a grande causa da liberdade e da emancipação nacional e social.

1

No plano internacional, a VII Conferência debateu aspectos fundamentais da situação presente, ressaltando entre outros temas a crise econômico-financeira que abala o mundo capitalista e revisionista, a disputa encarniçada entre as grandes potências, a intensificação da espoliação imperialista dos países atrasados e dependentes, o aguçamento da luta de classes e da luta democrática revolucionária.

Esta apreciação demonstrou o quanto vêm-se agravando todas as contradições do sistema imperialista e o quanto se acentuam as manifestações de crise geral do capitalismo em decomposição. Todos os países capitalistas revisionistas tratam de descarregar sobre os ombros dos trabalhadores a pesada carga da crise em que se debatem. Ao mesmo tempo, as grandes potências disputam febrilmente a conquista de áreas de influência e domínio em todas as partes do mundo, fomentando guerras locais e golpes de Estado. As duas

superpotências, alardeando acordos sobre armas estratégicas, preparam intensamente uma nova guerra de rapina que é também estimulada pela China. O capitalismo não divisa nem a médio nem a longo prazo uma saída da crise que se aprofunda e que se pode transformar em crise crônica — com taxa permanente e muito elevada de desemprego, manutenção da capacidade ociosa de ramos inteiros da produção, etc.

O rumo geral que tomam os acontecimentos no mundo colocam objetivamente e com grande força a necessidade da transformação profunda e radical da sociedade, único meio de superar as dificuldades crescentes que se acumulam numa escala sem precedentes como reflexo do aguçamento da contradição básica do capitalismo entre o caráter social da produção e a apropriação privada dos bens produzidos. A idéia da revolução amadurece na consciência dos explorados e oprimidos, não obstante a ação dos social-democratas e dos traidores revisionistas, lacaios e defensores da ordem burguesa. As grandes greves e choques com a repressão, que se repetem em vários países, a luta revolucionária aberta dos povos — no Irã, no Oriente Médio, na América Latina e em outras regiões — são indicações seguras de que a revolução avança por diferentes caminhos. Os golpes da reação, com o retrocesso revisionista, não liquidaram o socialismo que se conserva na Albânia e continua sendo aspiração profunda das grandes massas trabalhadoras e populares. A revolução converte-se cada vez mais na corrente principal da época presente.

Acerca dos problemas em curso no movimento comunista mundial, a VII Conferência deteve-se, em particular, no desmascaramento da corrente revisionista chinesa e do chamado pensamento Mao Tsetung.

À base de uma apreciação fundamentada, considerou em todos os seus aspectos a falsidade da teoria dos três mundos que pretende ser a estratégia geral do movimento revolucionário. Demonstrou que essa "teoria" é uma tentativa de dividir o movimento marxista-leninista e arrastar os trabalhadores e os povos para a aliança com os imperialistas norte-americanos, europeus e asiáticos, bem como com a reação mundial, subordinando-os aos interesses social-chovinistas da China e à política de guerra e de domínio mundial dos Estados Unidos.

O pensamento Mao Tsetung constitui o fundamento teórico da corrente revisionista chinesa. Desde há muitos anos, em particular depois que assumiu a direção do Partido Comunista da China, Mao Tsetung tergiversou idéias básicas da doutrina científica da classe operária, sob o pretexto de aplicar as verdades universais do marxismo-leninismo à prática concreta da revolução na China, elaborando uma orientação eclética e antisocialista. Em vários de seus trabalhos está expressa a linha de raciocínio que conduz à teoria trimundista e ao revisionismo chinês. A obra e a atuação de Mao Tsetung contrapõem-se em essência à ciência social de Marx, Engels, Lênin e Stálin e aos objetivos do socialismo proletário. Por isso, a VII Conferência denunciou o pensamento Mao Tsetung como antimarxista-leninista.

Exprimindo a opinião já defendida pelo Partido, a VII Conferência acentuou a necessidade de ser fortalecida a unidade do movimento marxista-leninista internacional tendo à frente o Partido do Trabalho da Albânia. Essa unidade, fator indispensável ao reforçamento da frente mundial de luta contra o imperialismo, o social-imperialismo e toda a reação, será forjada no combate sem tréguas ao revisionismo contemporâneo (soviético, chinês, eurocomunista, titista, etc.) e em defesa dos princípios do marxismo-leninismo. A VII Conferência julgou de grande valia para o esclarecimento mútuo e para o fortalecimento da unidade, os encontros internacionais entre os partidos marxistas-leninistas a nível bilateral e multilateral.

A VII Conferência ocupou-se amplamente com as questões relativas à situação nacional.

Ocorreram mudanças consideráveis nestes últimos vinte anos (em especial após 1964), tanto na estrutura como na superestrutura do país. Cresceu o setor industrial, tendo a produção de aço passado de 3,5 milhões de toneladas para cerca de 12 milhões de toneladas; avançou a penetração do capitalismo no campo sob a forma da grande empresa agrária ou pecuária implantada sobre vastas extensões territoriais; estendeu-se o setor estatal com o desenvolvimento de ramos industriais importantes nas mãos do Estado; ampliaram-se os grupos monopolistas da grande burguesia (em geral ligada ao imperialismo) que operam na produção, no setor financeiro, na construção, etc. Tais modificações verificaram-se dentro do quadro da dominação estrangeira. O Brasil cresceu não conforme os verdadeiros objetivos do seu progresso nacional, da sua independência, do bem-estar do povo, mas como um simples prolongamento dos interesses imperialistas, com a intensificação do saque das riquezas naturais e com a feroz exploração dos trabalhadores. Esse tipo de desenvolvimento, em proveito do capital estrangeiro e do capital monopolista brasileiro a ele associado, redundou num brutal endividamento da nação, que se aproxima da cifra de 50 bilhões de dólares e numa crescente dependência do país ao capital financeiro imperialista.

As mudanças verificadas no país refletiram-se na esfera social. A consequência mais importante destas transformações é o crescimento quantitativo e qualitativo da classe operária; o operariado industrial alcança atualmente o número de 8 milhões; os assalariados agrícolas ascendem a mais de 10 milhões de pessoas. O peso específico do proletariado, como classe, elevou-se grandemente no seio da sociedade brasileira. No campo, a penetração capitalista, conservando e ampliando o latifúndio, agravou seriamente o problema das grandes massas camponesas sem terra e determinou forte êxodo rural; numeroso é o contingente de trabalhadores sem qualificação que vive na periferia das grandes cidades, provindos do campo, carentes de meios de subsistência. Entre a pequena burguesia, uma faixa dessa camada é empurrada cada vez mais para a proletarização, vendo agravadas suas condições de vida; outra faixa, porém, que também alargou-se, obteve certas vantagens, sobretudo a que trabalha em nível técnico nas grandes empresas. Na burguesia, houve certos deslocamentos em favor dos grandes grupos monopolistas. Todas estas mudanças, produto do desenvolvimento do capitalismo, vêm colocar com mais força ainda o papel fundamental da classe operária como o elemento impulsionador do progresso social, a força objetivamente mais revolucionária da nação brasileira.

No plano político, o país viveu quinze anos sob um regime militar e os generais projetam, com a indicação de Figueiredo ao Planalto, estendê-los por mais seis anos. Todavia, o sistema ditatorial e o "modelo" econômico que o acompanha entraram em crise e são contestados por amplas forças políticas e sociais. O regime já não consegue manter-se nos velhos moldes, procura novas formas de sobrevivência expressas nas tentativas de institucionalização da ordem reacionária. O elemento fundamental de desintegração da ditadura foi a luta decidida do povo brasileiro, que sai dessa batalha política, ainda não terminada, com saldo positivo, êxitos e considerável experiência.

Como consequência da orientação antinacional e antipopular dos governantes militares, durante tão largo período, o país atravessa uma grave situação. A crise que abala o mundo capitalista também se faz sentir intensamente no Brasil. A inflação ultrapassa a casa dos 50% originando brutal carestia de vida. O déficit do balanço de pagamentos eleva-se de ano para ano e o pagamento da dívida externa acarreta pesado ônus sobre a nação. Faltam gêneros de primeira necessidade, como o feijão, o milho, a batata e mesmo o arroz. A situação das massas trabalhadoras é das mais difíceis. Os salários continuam sujeitos aos baixos índices oficiais e perdem constantemente o seu poder de compra. No campo, a situação é de fome e de abandono das populações rurais. O ensino, além de deficiente é caro. Os institutos de previdência encontram-se em regime de falência e atendem cada dia mais precariamente os segurados. E enquanto isto a repressão persiste. Os chamados órgãos de segurança não foram tocados, os torturadores e assassinos continuam impunes. A Justiça Militar prossegue julgando e condenando civis por motivos políticos ou lutas sociais.

Criou-se no país um clima de descontentamento generalizado. O quadro político atual está em transição. Variada é a gama de forças políticas e so

ciais em atuação, apresentando inclusive distintas soluções para o impasse em que se encontra o país. Os generais insistem na defesa do conteúdo antinacional e antipopular do sistema vigente, embora adaptando-o às circunstâncias e mascarando-o de marcha para a democratização. Uma parte da grande burguesia acha necessário fazer correções no modelo econômico e político, mas teme a democratização e sobretudo as mudanças que possam favorecer o movimento de massas. Outra parte da burguesia tenta formular novo modelo econômico e político visando o fortalecimento do capitalismo brasileiro, sem prescindir da "contribuição" do capital estrangeiro. O setor da média e pequena empresa nacional inclina-se em certa medida para a democracia e toma posições nacionalistas. Nas Forças Armadas reacionárias é visível também um indício de diferenciação: uma pequena parte alinha-se com setores das classes dominantes que reclamam mudanças no esquema político e econômico. Entre as forças populares — que inclui a classe operária, o campesinato e a pequena burguesia urbana — vai-se definindo um programa que objetiva a conquista da liberdade política a mais ampla e a defesa dos interesses nacionais e populares, reclamando ao mesmo tempo um novo regime político.

O plano de governo do general Figueiredo não contempla a solução de quaisquer dos agudos problemas nacionais. É uma continuação da política seguida pelos seus antecessores. Persiste na linha do desenvolvimento dependente, que tantos danos tem causado ao país e ao povo. Ele não toca nem de longe no ponto sensível de onde emanam os principais males que atormentam a nação — a espoliação do país pelo capital estrangeiro. Bem ao contrário, seu esquema de desestatização da economia conduz à passagem de grandes empresas em mãos do Estado, que custaram sacrifícios ao povo, para o controle das multinacionais. A política de endividamento crescente, componente inevitável do "modelo" econômico em vigor, converte a nação em vassala dos grandes banqueiros internacionais. No terreno político, o governo concentra seus esforços no sentido de decompor a oposição, que reuniu forças poderosas contra o regime arbitrário, mediante concessões secundárias. Trata de manter o arcabouço reacionário do sistema vigente, a Constituição outorgada por militares, as leis e atos de origem ditatorial.

A perspectiva política, assim, é de crescimento da luta democrática e de oposição ao governo, de exigência crescente de liberdade, direitos e reivindicações populares, com a classe operária ocupando cada vez mais seu lugar de lutador consequente. É possível que surja entre as forças da oposição um novo reagrupamento partidário. Mas esse reagrupamento pode acabar polarizando ainda mais a luta em torno de objetivos democráticos, excluindo os conciliadores e oportunistas que tendem para a composição com o governo ou com setores chamados moderados. O descontentamento se amplia. Mesmo as divergências entre segmentos das classes dominantes tendem a aguçar-se, em que pesem as manobras de ajeitamento e conciliação do Planalto. O país vive uma situação que não comporta procrastinações e que pode evoluir para choques violentos. Vai-se gestando uma situação revolucionária que, se bem ainda não configurada, mostra já algumas de suas características marcantes — o povo brasileiro dá mostras de não querer viver como até agora e os governantes já não podem dirigir à moda antiga. A experiência histórica indica que quanto mais as forças reacionárias se opõem ao justo anseio das massas, mais crescerão as lutas e as exigências de mudanças.

4

Face às modificações operadas na situação do país e ao quadro político em desenvolvimento, a VII Conferência deu atenção especial a problemas de tática adequados ao curso dos acontecimentos. Precisou os objetivos imediatos e mediatos a serem alcançados dentro da atualidade política e tendo em vista possíveis desdobramentos revolucionários no Brasil. Aprovou as idéias expostas no Manifesto à Nação, de março próximo passado, considerando-o como a proposta política dos comunistas para o momento político nacional.

A conquista da liberdade política a mais completa possível é o objetivo político imediato do povo brasileiro que se bate, há longos anos, contra o sistema arbitrário dos generais. Esta conquista implica na derrubada do regime militar e de seus representantes no poder. Na consecução deste objetivo, a VII Conferência destacou a necessidade de se prosseguir na luta

em torno das palavras-de-ordem de Constituinte livremente eleita, convocada por um governo democrático provisório, de abolição total e imediata de todos os atos e leis arbitrários, e de anistia ampla e irrestrita. Salientou a importância das lutas pelas reivindicações mais sentidas das massas e em defesa dos interesses nacionais, indicando a necessidade da conquista prática das liberdades e direitos do povo, sem esperar que o regime atual desapareça inteiramente. Defendeu a utilização de todas as formas de luta e de organização, sobretudo as que facilitem o engajamento e a mobilização de grandes massas e permitam a elevação do seu nível de consciência política. Postulou a criação de uma ampla frente democrática que agrupe todas as forças de oposição sob bandeiras democráticas e populares.

A VII Conferência julgou essencial a definição do alvo principal de ataque das forças oposicionistas — o governo de Figueiredo e o regime militar, com vistas ao seu completo isolamento e à sua derrota. Neste sentido, reputa toda conciliação com o governo como procedimento condenável, uma vez que enfraquece as forças democráticas, contribuindo para adiar o fim do regime em desagregação. Na luta política torna-se indispensável isolar os conciliadores e, em particular, os do tipo dos revisionistas de Prestes que em palavras, se dizem na oposição e, de fato, buscam meios e modos de ajudar a estabilização do atual estado de coisas.

A tática dos comunistas está intimamente ligada a seus fins estratégicos e revolucionários. Projeta-se como fator de impulso do movimento popular e democrático, considerando não somente os objetivos imediatos mas também mediatos da luta da classe operária e do nosso povo. A conquista da completa liberdade não é um fim em si mesmo. Corresponde a uma fase necessária do processo político em curso e deve servir ao avanço das lutas libertadoras. A grave situação que o país atravessa exige solução revolucionária. O Partido Comunista indica essa solução. Por isso pôs em destaque como palavra-de-ordem de propaganda, a criação de um novo regime de democracia popular. Somente com a revolução é possível iniciar um curso progressista no país, em marcha para o socialismo.

Um dos pontos da ordem-do-dia da VII Conferência foi o exame da luta guerrilheira, dirigida pelo Partido na região do Araguaia. A Conferência saudou o grande feito do sul do Pará como marco do movimento popular e revolucionário brasileiro e sustentou a idéia de que a luta armada é questão fundamental e decisiva da política partidária. Serviu de base à discussão o documento GLORIOSA JORNADA DE LUTA (agosto, 1976) no qual se faz um balanço da experiência vivida no sul paraense e se tira ensinamentos de grande significação para o ulterior desenvolvimento da revolução no Brasil. Este documento foi aprovado como ponto de partida para a sistematização daquela experiência. A resistência armada do Araguaia, que durou quase três anos e enfrentou numerosos contingentes das Forças Armadas da reação, converteu-se num patrimônio comum da luta do povo brasileiro, mostrando as possibilidades existentes de mobilização e atuação revolucionária no campo.

A VII Conferência considerou, ao mesmo tempo, o papel destacado que jogam as cidades no processo da luta revolucionária. Aí se concentram os grandes contingentes da classe operária. As transformações operadas no Brasil, nestes últimos anos, só fazem ressaltar ainda mais a significação das grandes concentrações urbanas como núcleos combativos do movimento de massas e de ação revolucionária. O estreito relacionamento entre a luta no campo e nas cidades, tendo por base a aliança operário-camponesa, é um dos elementos essenciais do caminho revolucionário brasileiro.

A VII Conferência recomendou ao Comitê Central o prosseguimento do exame da experiência do Araguaia assim como a elaboração de um novo documento mais abrangente e atualizado sobre a guerra popular, caminho da luta armada no Brasil.

Os problemas de construção do Partido foram objeto de amplos debates

na VII Conferência. Constatou-se que, apesar dos duros golpes da reação militar-fascista, o Partido manteve-se organizado e atuando no país, aumentou seu prestígio e autoridade junto ao povo e às forças aliadas na luta contra a ditadura. São inúmeros os mártires e heróis comunistas tombados na resistência ao regime. Uma vez mais se comprova a atualidade da organização marxista-leninista do proletariado, que se apoia numa linha revolucionária.

O centro dos debates e das decisões tomadas foi a necessidade, face às mudanças que se vêm operando no quadro político, de certos reajustes na política de organização, nos métodos de trabalho, na agitação e propaganda e em outros setores da atividade partidária, tendo em vista colocar o Partido à altura de suas imensas e gloriosas tarefas.

A VII Conferência pôs em relevo a urgente necessidade do aumento substancial dos efetivos partidários, em especial, entre o proletariado. Sem perder a indispensável vigilância para evitar infiltrações, impõe-se recrutar os melhores filhos da classe operária e do povo, tendo-se sempre em conta que o fator qualidade se sobrepõe, no conjunto do recrutamento, ao fator quantidade. O Partido assegura sua condição de partido proletário não só pela sua ideologia marxista-leninista e sua política revolucionária conseqüente, mas também por sua composição operária.

A VII Conferência recomendou, como questão fundamental, levar cada vez mais o centro de gravidade do trabalho do Partido para as organizações e os comitês de base, garantia de maior segurança na sua atividade e fator de pleno desenvolvimento das organizações do Partido. A ligação do Partido com as massas é um dever constante de todos os comunistas que devem atuar aí onde se encontrem as massas, esclarecendo-as, orientando-as, organizando-as e conduzindo-as às lutas.

No plano ideológico, a VII Conferência indicou a necessidade do combate permanente às tendências estranhas que dificultam, entravam ou fazem retroceder a aplicação de nossa linha política. Atenção especial deve ser dada à luta contra as tendências sectárias, que resultam no isolamento político. Simultaneamente, impõe-se manter vigilância frente às manifestações de direita, sempre tentando abrir caminho em nossas fileiras sob os mais variados disfarces. O Comitê Central adotará medidas para intensificar a formação política, ideológica e teórica dos quadros e militantes.

A VII Conferência julgou que, à medida que as condições do país permitirem, deve-se passar paulatinamente à aplicação integral dos princípios e normas estatutários de funcionamento do Partido, auscultar mais freqüentemente o coletivo partidário e recolher suas opiniões e experiência de trabalho.

A VII Conferência considerou tarefa de primeira ordem e da maior significação a defesa intransigente da unidade do Partido em torno do Comitê Central e o esforço conjunto para a unificação do pensamento e ação dos comunistas à base de sua linha política marxista-leninista e de seus documentos fundamentais.

7

As decisões adotadas pela VII Conferência — já ratificadas pelo Comitê Central — precisam ser levadas ao conjunto do Partido, discutidas e assimiladas por todos os comunistas, a fim de que se transformem na linha comum de atuação partidária. Elas podem e devem ser enriquecidas com as contribuições de cada militante de modo a concretizar em cada organismo as tarefas ali indicadas. É imperioso organizar a luta pela aplicação das decisões da VII Conferência, o que significa pôr em prática de maneira criadora o conteúdo dessas resoluções e fazê-las chegar às grandes massas trabalhadoras e populares.

Ao encerrar seus trabalhos, a VII Conferência ressaltou a abnegação, a combatividade, o espírito de partido e a capacidade de iniciativa reveladas pelos militantes e dirigentes nas duras condições de luta contra o regime militar-fascista — garantia de que nosso Partido será capaz de conduzir a classe operária e o povo à vitória pela revolução e pelo socialismo.

RESOLUÇÕES DA VII CONFERÊNCIA

sobre problemas do movimento comunista internacional

SÃO TAREFAS DO PARTIDO:

1. Prosseguir no combate ao revisionismo contemporâneo em todas as suas modalidades, em particular ao revisionismo soviético e ao revisionismo chinês. Aprofundar o estudo das causas do seu surgimento, das diferentes formas de que se reveste para enganar os trabalhadores e as massas populares, do seu caráter contra-revolucionário.

2. Desmascarar em seus diferentes aspectos a teoria dos três mundos e o revisionismo chinês, que procura dividir o movimento marxista-leninista e arrastar os trabalhadores e os povos para a aliança com os imperialistas norte-americanos, europeus e asiáticos, bem como com toda a reação mundial, subordinando-os aos interesses social-chovinistas da China e à política de guerra e de rapina dos Estados Unidos e seus parceiros.

3. Denunciar o chamado pensamento Mao Tsetung como antimarxista-leninista. As obras e a atuação de Mao Tsetung opõem-se à doutrina revolucionária da classe operária e aos objetivos que persegue o socialismo científico. O combate ao maoísmo é inseparável da luta pela assimilação dos princípios fundamentais do marxismo-leninismo e deve contribuir para expurgar da nossa consciência e da nossa atividade qualquer influência negativa dessa tendência revisionista.

4. Trabalhar pela unidade e pelo fortalecimento do movimento marxista-leninista internacional como fator básico para o reforçamento da frente mundial de luta contra o imperialismo, o social-imperialismo e toda a reação. Apoiar os encontros entre os partidos marxistas-leninistas a nível bilateral, multilateral e internacional.

5. Defender o socialismo e a revolução como caminho da libertação dos trabalhadores e dos povos. Revelar as mazelas do capitalismo em decomposição, suas táticas enganadoras para dividir e confundir a classe operária.

Ao recomendar a intensificação do combate a todas as correntes do revisionismo contemporâneo, a VII Conferência destaca a necessidade de o Partido continuar a combater sem tréguas os revisionistas de Prestes e seus sequazes. E crê indispensável ser redobrada a vigilância no Partido face à possibilidade do surgimento de tendências revisionistas em suas fileiras sob formas e matizes ainda mais ardilosos visando à deturpação do marxismo-leninismo e da linha revolucionária do Partido, à sabotagem da revolução.

sobre problemas internacionais

SÃO TAREFAS DO PARTIDO:

1. Erguer bem alto a bandeira da luta contra o imperialismo, o social-imperialismo — russo e chinês — e a reação mundial, em particular contra as duas superpotências, que são os principais inimigos da classe operária e dos povos.

2. Apoiar decididamente os trabalhadores e os povos que lutam por sua emancipação e por seus interesses vitais.

3. Opor-se à guerra imperialista em preparação e fazer propaganda entre as massas de sua transformação, no caso de que não possa ser evitada, em guerra de libertação.

4. Defender a Albânia Socialista como o farol do socialismo na Europa e no mundo.

5. Manifestar o mais enérgico repúdio à agressão do Vietnã pela China, com propósitos nitidamente social-imperialistas. Condenar firmemente

à invasão do Camboja pelo Vietnã.

sobre a orientação tática do partido no país

SÃO TAREFAS DO PARTIDO:

O curso dos acontecimento no país indica: que o sistema político arbitrário dos generais está em crise, não podendo já manter-se na antiga forma; que as divergências no seio das classes dominantes abrem brechas significativas, inclusive nas Forças Armadas; que a crise em que se debate o Brasil, não só econômico-financeira mas também estrutural, se aprofunda ; que o movimento oposicionista avança e nele ganha destaque e importância a presença da classe operária; e, finalmente, que se vai gestando uma situação revolucionária no país.

Em face desta situação, as diferentes forças políticas e sociais movimentam-se intensamente e apresentam seus programas, suas soluções, suas táticas. Os militares esforçam-se para dividir os adversários e tentar consolidar o regime, adaptando-o à situação criada. O Partido Comunista do Brasil, como força de vanguarda, apresenta suas proposições, que já vêm sendo levantadas, mas precisam ser enriquecidas de novos elementos.

A política do Partido para a presente situação consiste em:

1. Defender firmemente as três palavras-de-ordem: abolição total e imediata de todos os atos e leis arbitrários; anistia geral e irrestrita; e convocação, por um governo democrático provisório, de uma Constituinte livremente eleita.

2. Dar ênfase maior à conquista da liberdade política a mais ampla possível, considerando que o conteúdo das três palavras-de-ordem acima referidas é precisamente este. É necessário ir conquistando na prática as liberdades, como o direito de greve, de organização, de reunião, sem esperar que o regime atual desapareça de todo.

3. Desenvolver a luta pelas reivindicações mais sentidas das massas das cidades e do campo, esforçando-se para que adquiram caráter político aberto, a partir do nível de compreensão das massas.

4. Desenvolver igualmente a luta contra o entreguismo e a espoliação do país pelo capital estrangeiro, inclusive através das dívidas externas.

5. Considerar o alvo proncipal do ataque das forças populares, democráticas e antiditatoriais o regime militar e o governo de Figueiredo. Desmascarar intransigentemente todas as manobras do governo, com vistas ao seu completo isolamento e à sua derrota.

6. Unir as mais amplas forças políticas e sociais em torno das bandeiras democráticas e populares, a fim de travar a luta contra o governo e o regime que ele representa. Propugnar a organização de uma ampla frente democrática em escala nacional, que agrupe todas as forças de oposição, e trabalhar pela sua concretização. Dentro dela, contribuir para a articulação e fortalecimento da oposição popular como seu núcleo mais ativo e combater todas as restrições ao crescimento do movimento de massas ou as discriminações, tendo em vista unir a classe operária e despertar para a luta as grandes massas camponesas.

7. Opor-se à conciliação com o governo, Isolar os elementos conciliadores do tipo dos revisionistas de Prestes.

8. Pôr em prática todas as formas de luta e de organização cabíveis na situação presente, incentivando aquelas que facilitem o engajamento em ampla escala e a mobilização de massas, conduzindo assim à elevação do nível de sua consciência política, organização e combatividade.

9. Destacar em sua propaganda a palavra-de-ordem de conquista da democracia popular — uma vez alcançado o objetivo tático imediato — como o regime capaz de resolver os graves problemas que o país enfrenta.

A VII Conferência Nacional aprova o Manifesto à Nação no qual o Partido define sua opinião sobre a situação atual e chama o povo à luta para

sobre a resistência armada do araguaia e o caminho da luta armada

SÃO TAREFAS DO PARTIDO:

A VII Conferência Nacional reitera a idéia que vem norteando a atividade e a orientação do Partido, de que a luta armada é questão fundamental e decisiva da política partidária, uma vez que os objetivos perseguidos pela classe operária e as massas populares somente podem ser alcançados através da revolução violenta.

Examinando a resistência do Araguaia, a VII Conferência decide:

1. Aprovar, como ponto de partida para a sistematização daquela experiência, o documento GLORIOSA JORNADA DE LUTA, de agosto de 1976.

2. Recomendar ao Comitê Central o prosseguimento do exame dessa experiência e, tendo em conta as modificações constatadas no desenvolvimento do país e as lições decorrentes da luta armada do sul do Pará, a elaboração de um novo documento mais abrangente e atualizado sobre a guerra popular, caminho da luta armada no Brasil.

Em seu processo de discussão sobre o assunto, o Comitê Central consultará as atas desta Conferência.

sobre as comemorações do 100º aniversário de stálin

SÃO TAREFAS DO PARTIDO:

A VII Conferência decide que o Partido comemore este ano de 1979 como o Ano Stálin.

Os diferentes organismos do Partido devem programar, dentro de suas possibilidades, a difusão das idéias e das obras de Stálin, do seu trabalho incansável pela revolução e pela construção do socialismo. Toda a gloriosa vida de Stálin sempre esteve ligada à defesa do partido leninista, dos seus princípios e de sua política revolucionária. Jamais cessou de combater os revisionistas e os oportunistas de toda laia, os trotsquistas contra-revolucionários, os inimigos da classe operária onde quer que se encontrassem. Discípulo fiel de Lênin, Stálin foi o continuador do grande chefe da Revolução de Outubro, defendeu e enriqueceu a doutrina de Marx, Engels e Lênin, à qual ligou também o seu nome.

A bandeira sustentada por Stálin continua tremulando nas mãos do proletariado mundial. Sua memória de revolucionário consequente persistirá através dos anos, alentando as fileiras comunistas e estimulando com seu exemplo histórico todos os que aspiram ao socialismo e ao comunismo.

* * * * *

> *"O Partido não pode ser o verdadeiro Partido se se limita a registrar o que vive e o que pensa a massa da classe operária, se caminha ao acaso do movimento espontâneo desta, se não sabe vencer a inércia e a indiferença política do movimento espontâneo, se não é capaz de se erguer acima dos interesses momentâneos do proletariado, se não sabe erguer as massas até ao nível dos interesses de classe do proletariado. O Partido tem que seguir à frente da classe operária, tem que ver mais longe do que a classe operária, tem que conduzir atrás de si o proletariado e não avançar ao acaso da espontaneidade".*
>
> *(Stálin, Fundamentos do Leninismo)*

A REARTICULAÇÃO DOS 'AUTÊNTICOS' FORTALECE A LUTA CONTRA A DITADURA

A iniciativa de rearticulação dos "autênticos", no interior do MDB, foi justa e rica em ensinamentos para o movimento democrático na atual etapa da luta contra a ditadura.

Duas tendências demarcaram-se e confrontaram-se no curso do debate com vistas à reorganização da ala "autêntica".

A primeira delas, que se revelou dominante, situou corretamente o reagrupamento não sob uma óptica divisionista mas sob uma perspectiva de dinamização e avanço da luta oposicionista. Perspectiva esta que, segundo seus defensores, inclui um necessário estreitamento dos laços entre o MDB e a oposição popular e geral.

A segunda tendência, ao contrário, insistia em inserir a rearticulação no contexto de um propósito divisionista. E um dos patronos dessa posição chegou a afirmar: "Se já estão dizendo que uma parte do partido não pretende avançar — e portanto pretende colocar esta parcela do partido como um elemento de contradição com a sua própria proposta política — isto não ajuda a unidade partidária. Isto é um instrumento de divisão. Acho que aí é divisionismo claro e aberto". Por fim, o mesmo deputado contra-argumentava abstratamente com o postulado geral da necessidade de coesão no interior da frente democrática. E assim declarava: "A derrubada da ditadura é uma tarefa de todo o povo brasileiro. Portanto, a frente democrática, e especificamente o MDB dentro dessa frente, deve ser a mais ampla possível e a mais coesa possível. Só a sua coesão é que pode levar à derrota da ditadura".

De fato, a unidade entre as forças oposicionistas dos mais diferentes matizes no seio de uma frente democrática, nacionalmente articulada, inscreve-se hoje no rol das exigências cruciais tanto para o avanço quanto para o sucesso mesmo da luta contra a ditadura.

No entanto, a conquista dessa coesão em sua forma mais elevada, que é a unidade na prática, na luta política concreta e cotidiana, impõe muitas vezes o recurso à luta entre os vários segmentos que pretende unificar.

O episódio da rearticulação dos "autênticos" decorreu dessa exigência Obviamente, não se tratou de uma demarcação de campos opostos a nível programático, pois aí sim estaria configurada uma intenção divisionista. Tratou-se, antes, de reagir, organizadamente, às tentativas dos setores mais atrasados do MDB que visam imprimir um ritmo de conciliação à atividade desse partido. Uma justa reação, portanto, dado que a vacilação dos "moderados" e a traição dos "adesistas" correm o risco de afastar o MDB não só das correntes da oposição popular como também do próprio movimento de massas em curso.

Com efeito, a realidade impôs aos "autênticos" uma opção em profundidade. Ou diluir sua consequência oposicionista a pretexto de fortalecer uma pseudo-unidade com os setores mais conservadores — o que poderia desaguar num isolamento e mesmo numa neutralização do MDB como braço atuante da embrionária frente democrática. Ou então restava demarcar-se da conciliação e privilegiar a sua unidade com a oposição popular, sempre com o objetivo de fazer avançar a luta contra a ditadura. Nesse sentido, longe de poder ser enquadrada no âmbito de uma propensão ao fracionamento, a opção da maioria dos "autênticos" pela sua rearticulação revelou o desejo de fortalecimento de uma unidade em nível superior.

É verdade que essa opção vai aprofundar momentaneamente o distanciamento entre "autênticos" e "moderados". Mas não se pode perder de vista que a origem desse distanciamento situa-se no progressivo resvalo dos "moderados" para uma posição de expectativa e mesmo de conciliação diante das ilusórias promessas de uma verdadeira abertura democrática do governo Figueiredo. Claro também que, como já ocorreu no passado, essa fissura poderá ser atenuada mais adiante. Sobretudo quando a ação dos "autênticos" render frutos pelo fortalecimento de um MDB mais integrado ao movimento popular e demonstrar mais uma [illegible] aos "moderados" que a persistência na linha de conciliação irá condená-los a um irremediável isolamento.

Agora, o que a oposição popular espera dos "autênticos" é uma coerência na prática com os princípios e os objetivos que os conduziram à rearticulação orgânica no interior do MDB. Para isso, é fundamental que essa corrente, conduzida ao Congresso pelo voto popular, coloque mais efetivamente sua ação parlamentar a serviço do movimento de massas. Caso contrário, sua reorganização permanecerá enfeixada nos estreitos limites da luta interna emedebista ou dos conchavos parlamentares e não se distinguirá de um mero acordo de cúpula. Nesse sentido, é imprescindível um retorno constante dos "autênticos" às suas bases eleitorais tendo em vista estimulá-las a incorporarem-se nas diversas ramificações do movimento de massas (custo de vida, anistia, movimento sindical, etc.), bem como contribuir para a sua conscientização e organização em torno da defesa intransigente do programa mínimo das oposições.

Cumpre ainda ressaltar que o capítulo da luta interna no MDB não se esgota em si mesmo. Pois, acima de tudo, representou uma manifestação particular e concreta de certas tendências e também de necessidades gerais contidas no conjunto das oposições à ditadura.

No plano das tendências, o episódio expressou a luta contínua entre uma linha de conciliação e outra de oposição consequente à ditadura até a sua plena derrocada. Mas revelou também a persistência de uma linha conciliatória que emana de dois polos distintos embora complementares. Um deles encravado no campo dos setores conservadores da oposição e onde, por pragmatismo, a conciliação pode ser atenuada de acordo com o estágio de radicalização do processo. E o outro buscando infiltrar-se não só entre os "autênticos" mas no conjunto da oposição popular para envolvê-los com a linha mestra da conciliação doutrinária, inspirada nas teses do PCB.

Toda a argumentação desenvolvida pela corrente que se opôs à rearticulação dos "autênticos" tem como eixo a absolutização de uma unidade abstrata. Ou seja, um conceito de unidade que, passando por cima da realidade diferenciada do MDB e da frente democrática em gestação, pretende confundir-se com identidade. E então pergunta o deputado já citado: "Quem é que vai definir quem é autêntico e quem não é autêntico? O que é autêntico e o que não é autêntico? O que é moderado e o que não é moderado?"

É como se todos esses anos de embates políticos não tivessem dado provas suficientes da existência de uma nítida diferenciação entre as duas alas. Mas o deputado só se dá por satisfeito quando estabelece em definitivo a "noite dos oportunistas, onde todos os gatos são pardos" e chega a mostrar-se indignado com a própria caracterização da ala "adesista": "os adesistas que também são rotulados com uma certa liberalidade, ninguém sabe por quem!"

Mas por que essa veemente resistência à demarcação de posições e de correntes distintas?

Primeiro, porque toda tendência conciliadora separa metafisicamente a unidade da luta. Onde há unidade não há luta e vice-versa, tudo em prol da instituição de uma pseudo-unidade, onde reinariam a acomodação e o consenso. O que produziria, sem dúvida, um forte entrave ao avanço da luta contra a ditadura, colocando-a à mercê da conciliação e da inação.

Segundo, porque a unidade concebida em seus níveis primários, a coesão dos conciliadores, é a materialização de uma concepção tática e estratégica que pretende tolher a dinamização da oposição popular e atrelá-la ao reboque da oposição conservadora e burguesa, entregando a esta última a direção da luta antiditatorial.

Por fim, no plano das necessidades gerais do conjunto das oposições, a rearticulação dos "autênticos" foi um exemplo a ser reproduzido em outros setores.

Não resta dúvida que a constituição de uma frente democrática, amplamente representativa, funcionando como uma coordenação nacional do conjunto das oposições, poderá representar, a nível orgânico, um ponto culminante da luta contra a ditadura. No entanto, é preciso ter em conta que, justamente por ser ampla, essa frente será igualmente heterogênea. É uma ilusão pensar que a pura e simples adesão ao seu programa mínimo configura uma unidade superior pronta e acabada. A ampla adesão ao programa tem revelado que, em meio à diversidade, é possível encontrar denominadores comuns. Ou seja, tem de-

monstrado que a frente é teoricamente viável. Mas é na prática que ela se transformará em realidade. E é na prática também que a heterogeneidade aparecerá com maior peso. Pois é justamente no terreno das proposições práticas que se configuram duas grandes correntes.

Uma delas teme o movimento de massas em todos os sentidos, seja porque acredita que ela possa ensejar uma reação da ditadura e um retrocesso da chamada abertura. Seja porque enxerga no movimento de massas uma ameaça à hegemonia conservadora. A outra, pelo contrário, compreende que a luta de massas será o fator decisivo da liquidação da ditadura.

Claro também que concepções tão díspares a propósito da força motriz do processo teriam de produzir distintas concepções não da frente teórica, como aglutinação dos adeptos do programa mínimo, mas da frente real, como instrumento de luta.

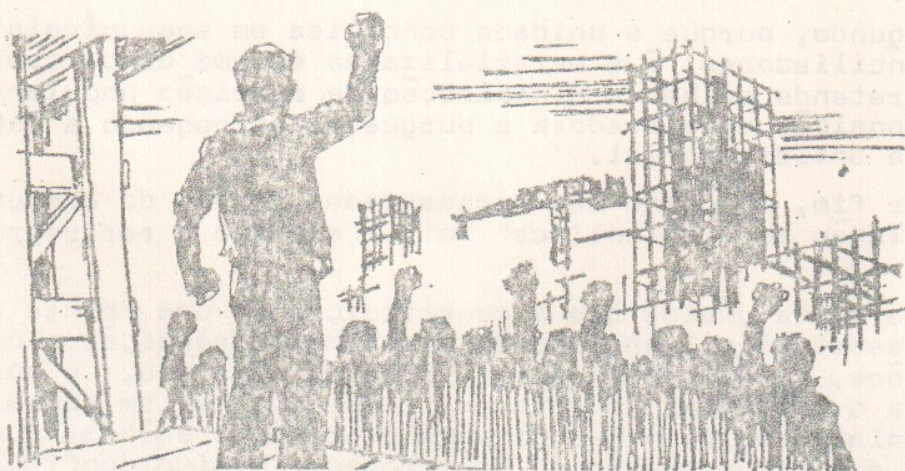
A Frente Nacional pela Redemocratização, por exemplo, testou uma dessas concepções. Dirigida pela oposição conservadora, concentrando-se nos acordos de cúpula, limitando-se à ação parlamentar e desprezando a mobilização das massas, fracassou.

Resta agora testar a concepção que quer transformar a frente democrática num verdadeiro instrumento do mobilização das massas para a luta política contra a ditadura.

Trata-se de restringir o caráter amplo da frente? Não. Trata-se de resolver um impasse provocado pela sua heterogeneidade, sem o que a oposição como um todo pode ser paralizada.

Mas o impasse entre as duas concepções só pode ser resolvido na prática. Bem como sua resolução exige, simultaneamente, uma radicalização da luta contra a conciliação, além de uma profunda articulação entre os setores mais avançados da frente. De resto, como a evolução do processo, a unidade mais ampla tenderá a ser recomposta. Sobretudo quando, como já dissemos, certas parcelas da oposição conservadora derem-se conta do risco de superação e isolamento que estarão correndo, ao se marginalizarem do movimento em ascensão.

A reorganização dos "autênticos" deve servir, portanto, de exemplo a um processo geral de articulação das vanguardas oposicionistas em todos os setores da vida nacional. Sendo que esta articulação, no momento, deve visar não só a organização de ações unitárias de massas pelas suas reivindicações específicas como também empreender uma larga campanha em defesa do programa mínimo da frente e da reativação da luta contra a ditadura.

* * * * *

no 100º aniversário do nascimento de stálin

TESES PARA A BOLCHEVIZAÇÃO DO PARTIDO

Em 1924, Stálin dirigia-se ao Partido Comunista Alemão, indicando-lhe como combater as idéias burguesas no seio do Partido e como seguir uma linha marxista-leninista. As indicações de Stálin, que abaixo publicamos, são conhecidas como "Teses para a Bolchevização do P.C.A."

I O Partido não pode considerar-se como um apêndice da máquina eleitoral como ocorre na realidade com o Partido Social-Democrata, nem um suplemento dos sindicatos sem objetivos próprios, como certos elementos anarco-sindicalistas por vezes pretendem que deve ser, mas sim como a forma superior da organização de classe do proletariado, cuja função é dirigir todas as outras formas de organização proletárias, desde os sindicatos até o grupo parlamentar do Partido.

II O Partido, e particularmente os seus elementos dirigentes, devem dominar completamente a teoria revolucionária marxista, que está inseparavelmente ligada com a prática revolucionária.

III O Partido deve lançar palavras-de-ordem e diretivas não baseadas em fórmulas constantemente repetidas e em analogias históricas, mas sim como resultado de uma cuidadosa análise das circunstâncias concretas nacionais e internacionais do movimento revolucionário, e tendo sempre em conta a experiência das revoluções em todos os países, sem exceção.

IV O Partido tem que pôr à prova a justeza dessas palavras-de-ordem e diretivas no fogo da luta revolucionária de massas.

V Todo o trabalho do Partido, principalmente se as tradições social-democratas no seu seio ainda não foram extirpadas, deve ser reorganizado de acordo com novas linhas revolucionárias de modo a que cada passo, cada ação do Partido contribua naturalmente para tornar as massas revolucionárias, treinar e educar as largas massas da classe operária num espírito revolucionário.

VI O Partido deve, no seu trabalho, ser capaz de combinar uma estrita fidelidade aos princípios (não confundir com sectarismo) com o maior número possível de ligações e contatos com as massas (não confundir com o seguidismo); sem isto, o Partido não estará em posição não

só e ensinar as massas, mas também de aprender com elas, não só de dirigir as massas e elevá-las ao seu próprio nível, mas também de preocupar-se com as suas reivindicações e prever as suas necessidades imediatas.

VII O Partido deve, no seu trabalho, ser capaz de combinar um espírito revolucionário isento de compromissos (não confundir com política revolucionária aventureira) com a maior flexibilidade e capacidade de manobra (não confundir com oportunismo); sem isto, o Partido não será capaz de dominar todas as formas de luta e organização, nem de conseguir combinar os interesses imediatos do proletariado com o seu interesse fundamental, a revolução proletária, nem de combinar, no seu trabalho, a luta legal com a luta ilegal.

VIII O Partido não deve esconder os seus erros, nem deve recear a crítica; ele deve aperfeiçoar e educar os seus quadros, aprendendo com os próprios erros.

IX O Partido deve recrutar, para o seu grupo dirigente central, os melhores elementos de entre os lutadores mais destacados, suficientemente dedicados à causa para serem verdadeiros porta-vozes das aspirações do proletariado revolucionário, e suficientemente experientes para serem os verdadeiros dirigentes da revolução proletária, capazes de aplicar a estratégia e a tática do leninismo.

X O Partido deve melhorar sistematicamente a composição social das suas organizações e libertar-se de elementos oportunistas e corrompidos a fim de obter a maior unidade possível.

XI O Partido deve alcançar uma férrea disciplina proletária baseada na coesão ideológica, consciência clara dos objetivos do movimento, unidade na ação e compreensão das tarefas do Partido pela massa dos seus membros.

XII O Partido deve assegurar-se sistematicamente de que as suas decisões e diretivas são postas em prática, pois sem isso as decisões e diretivas correm o risco de se transformar em promessas vazias que só servem para roubar ao Partido a confiança das largas massas proletárias. Sem estas condições e outras semelhantes, a bolchevização do Partido não passa de uma palavra vazia.

* * * * *